

INFORME

19 a 23 de abril de 2021

Fecomércio MG

Entidades do comércio e governador de Minas se reúnem com mediação do TJMG



Divulgação TJMG

O diálogo pela reabertura do comércio não-essencial em todas as regiões mineiras norteou o debate entre o governador Romeu Zema e lideranças empresariais do setor. Mediada pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Gilson Soares Lemes, a reunião dessa terça-feira (20/04) contou com a presença do diretor da Fecomércio MG, Rony Rezende,

além de dirigentes de entidades representativas como CDL/BH, Federaminas e FCDL/MG.

Segundo Rezende, o período de vigência da onda roxa evidenciou que o comércio não pode ser tratado como o responsável pelo crescimento do contágio por Covid-19, entendimento compartilhado pelo Executivo e Judiciário do estado. “Por isso, **pedimos ao governo estadual que estude um horário alternativo para que as empresas submetidas à onda roxa também possam reabrir.**”

Na reunião, Romeu Zema manifestou compreender as dificuldades financeiras do comércio. Diante disso, ele se comprometeu a propor uma flexibilização das normas da onda roxa, permitindo a reabertura das atividades em todo o estado, com os devidos protocolos. O chefe do Executivo Mineiro também destacou que os indicadores sinalizam uma queda na procura por serviços de saúde em Minas.

Confira a matéria completa em [nosso site](#).

Plano “Recomeça Minas” recebe contribuições da Fecomércio MG

Incentivar a recuperação da atividade econômica do estado pós-pandemia. Esse é o objetivo do plano “Recomeça Minas”, que recebeu nessa quinta-feira (22/04) parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Agora, o Projeto de Lei (PL) 2.442/2021 segue para a análise em 1º turno da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO).

Para recolher sugestões de aprimoramento para a proposta, a ALMG promoveu 16 encontros regionais com líderes de entidades em todo o estado. A Fecomércio MG não só participou de uma dessas audiências públicas, representada pelo diretor José Mário Rodrigues e por convite do deputado Mauro Tramonte (Republicanos), como também enviou uma [nota técnica](#) favorável com sugestões à iniciativa.

Ciente desse e outros problemas ocasionados pela pandemia de Covid-19, a nota técnica, enviada ao autor da

proposta e presidente da ALMG, [Agostinho Patrus \(PV\)](#), inclui sugestões para melhoria das questões tributárias, de auxílio financeiro e acesso ao crédito e de funcionamento das empresas. O documento também foi encaminhado a outros deputados, como os relatores do PL 2.442/2021 na CCJ e FFO.

Confira no [portal da Fecomércio MG](#) as principais sugestões apresentadas pela entidade.

Reprodução



CNC apoia a Fecomércio MG contra a modulação de efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins

Na próxima quinta-feira (29/04), o Supremo Tribunal Federal (STF) irá julgar os embargos do Recurso Extraordinário (RE) nº 574.706-PR. Em virtude disso, a Fecomércio MG solicitou o apoio da CNC para realizar ações junto ao STF contrárias ao pedido de modulação dos efeitos de exclusão do ICMS do PIS/Cofins feitos pela Fazenda Nacional. Caso seja aceito, ele permitirá que a decisão só tenha efeitos após o julgamento do recurso.

Em atenção à Fecomércio MG e outras entidades, o presidente da CNC, José Roberto Tadros, enviou um ofício ao presidente do STF, Luiz Fux, para ratificar a posição contrária do Sistema em relação ao pedido de modulação. Para a Federação, a Fazenda Nacional

transforma uma questão de interpretação jurídico-constitucional em uma discussão sobre política fiscal orçamentária.

Há 14 anos, o Plenário determinou que o ICMS não iria compor a base de cálculo do PIS e da Cofins, pois o valor arrecadado com esse imposto não pode ser considerado como receita ou faturamento. Assim, caso a Suprema Corte adote posição contrária ao que tem defendido, uma grave instabilidade jurídica e econômica poderá ser instaurada.

Leia o [ofício à CNC](#) e a [resposta de Tadros](#) à Federação.

INFORME

19 a 23 de abril de 2021

Fecomércio MG

CNC se manifesta a favor da atualização de limites de faturamento do Simples Nacional solicitada pela Fecomércio MG

A Fecomércio MG requisitou nesta semana à CNC que sejam realizadas ações junto aos Poderes Executivo e Legislativo Federais para atualizar os limites de faturamento do Simples Nacional, defasado há quase cinco anos. Desde o início da pandemia, as entidades vêm realizando diversas ações para pleitear condições tributárias mais favoráveis aos contribuintes.

Em [resposta à Federação](#), a CNC ressaltou que vem atuando para aprovar o Projeto de Lei (PL) 558/2018, de autoria do senador Jorginho Mello (PP/SC), que altera os limites para enquadramento das empresas do Simples Nacional. Segundo a Confederação, a proposta irá proporcionar um ambiente de negócios mais favorável e menos burocrático, especialmente para micros e pequenas empresas (MPEs).

No ofício ao presidente da CNC, José Roberto Tadros, a Federação ressaltou que o limite de faturamento para as empresas optantes pelo Simples Nacional é de R\$ 4,8 milhões em relação aos tributos federais e R\$ 3,6 milhões no que diz respeito ao ICMS e ISS (impostos cobrados por Estados e Municípios, respectivamente).

No entanto, considerando a inflação de 19,71% acumulada desde a aprovação da Lei Complementar nº 155/2016, esse limite deveria ter sido reajustado para R\$ 5.745.881,87 em relação aos tributos federais e R\$ 4.309.411,40 no caso do ICMS e do ISS. Segundo a Federação, a mudança pode beneficiar milhares de negócios, sobretudo aqueles obrigadas a sair do Simples Nacional.

Leia, [na íntegra](#), o documento enviado à CNC.

Federação envia sugestão de minuta aos sindicatos para incentivar a implementação da Lei da Liberdade Econômica nos municípios

Para incentivar a implementação das diretrizes da Lei da Liberdade Econômica (Lei Federal nº 13.874/2019) nos municípios mineiros, a Fecomércio MG produziu uma sugestão de minuta para os sindicatos empresariais ([clique aqui](#)). A ação visa contribuir para que essas entidades realizem ações junto às Prefeituras e Câmaras Municipais para internalizar a norma à legislação das cidades onde atuam.

A [Resolução nº 01/2020](#), do Comitê Gestor da Redesim-MG, enquadrrou mais de 600 atividades no estado na categoria de baixo risco. Assim, esses segmentos foram dispensados da necessidade de cumprir todos os atos públicos de liberação da atividade econômica para funcionamento, a exemplo dos alvarás. O objetivo é desburocratizar o ambiente de negócios, especialmente diante da crise atual.

A Fecomércio MG pede que cada sindicato avalie o seu contexto político atual para definir a estratégia mais adequada para a inclusão dessas diretrizes na legislação da sua cidade, inclusive em relação à entrega

do [Guia Municipal da Liberdade Econômica](#). Esse material foi elaborado no ano passado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais.

Reprodução



Cláusulas de CCT celebrada pela Federação em Itabira e Região são validadas pelo TRT-3

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-3) deliberou, mais uma vez, pela manutenção de cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho 2020. Favorável à Fecomércio MG, a decisão da 7ª Turma da Corte foi obtida em recurso ordinário que examinava a convenção coletiva de trabalho (CCT) firmada entre a Federação e o Sindicato dos Empregados no Comércio de Itabira e Região.

Para o relator do recurso, desembargador Marcelo Lamego Pertence, a Macon Ferragens, de João Monlevade, acabou fundamentando o pedido de declaração de ineficácia de cláusulas convencionais *inter partes* na suposta ilegalidade e inconstitucionalidade de normas da CCT 2020. No entanto, a legitimidade dessa propositura é restrita ao Ministério Público do Trabalho (MPT).

A Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho (TST) já se pronunciou no sentido de dar legitimidade ativa aos signatários de acordo ou convenção coletiva de trabalho. Porém, a medida não se enquadra ao caso, pois é restrita à hipótese de defeito notado na formação do acordo entre as partes (vício de consentimento).

De acordo com o coordenador jurídico contencioso da Fecomércio MG, Rodrigo Ribeiro, a decisão da 7ª Turma privilegia a autonomia das entidades sindicais e reafirma a validade ampla e geral das convenções coletivas.

Leia a [matéria completa](#) em nosso site.

INFORME

19 a 23 de abril de 2021

Fecomércio MG

Sistema Fecomércio MG, Sesc, Senac e Sindicatos Empresariais promove Transforma Minas na próxima quarta-feira (28/04)



Fortalecer ações que valorizem o comércio de bens, serviços e turismo de Minas Gerais. Com esse intuito, o **Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac e Sindicatos Empresariais realiza, no dia 28 de abril, o “Transforma Minas”**. A iniciativa, voltada aos gestores municipais do estado, visa oferecer subsídios para uma gestão mais sustentável, estratégica e eficiente.

O evento gratuito e on-line terá uma programação diversa, com temas voltados aos desafios da administração pública em 2021, cenários e oportunidades para as prefeituras e perspectivas para o pós-pandemia. O encontro reunirá apresentações de ações e do portfólio de produtos e serviços do Sistema, além da oferta de conteúdos atuais e técnicos relevantes à gestão pública.

O governador de Minas, Romeu Zema; o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio; a secretária de Estado de Desenvolvimento Social, Elizabeth Jucá; o presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Julvan Lacerda; e o jornalista Willian Waack estão entre os convidados. O economista-chefe da Federação, Guilherme Almeida, irá mediar dois painéis do evento.

As inscrições podem ser feitas pelo [site do Sympla](#) até 28 de abril. Já o evento será transmitido ao vivo pelo [YouTube da Federação](#) para as prefeituras cadastradas. O “Transforma Minas” tem o apoio do governo de Minas, AMM e DMT Palestras.

Confira a programação completa [no site](#).

Fecomércio MG realiza o 5º Seminário de Direito Tributário no dia 30 de abril

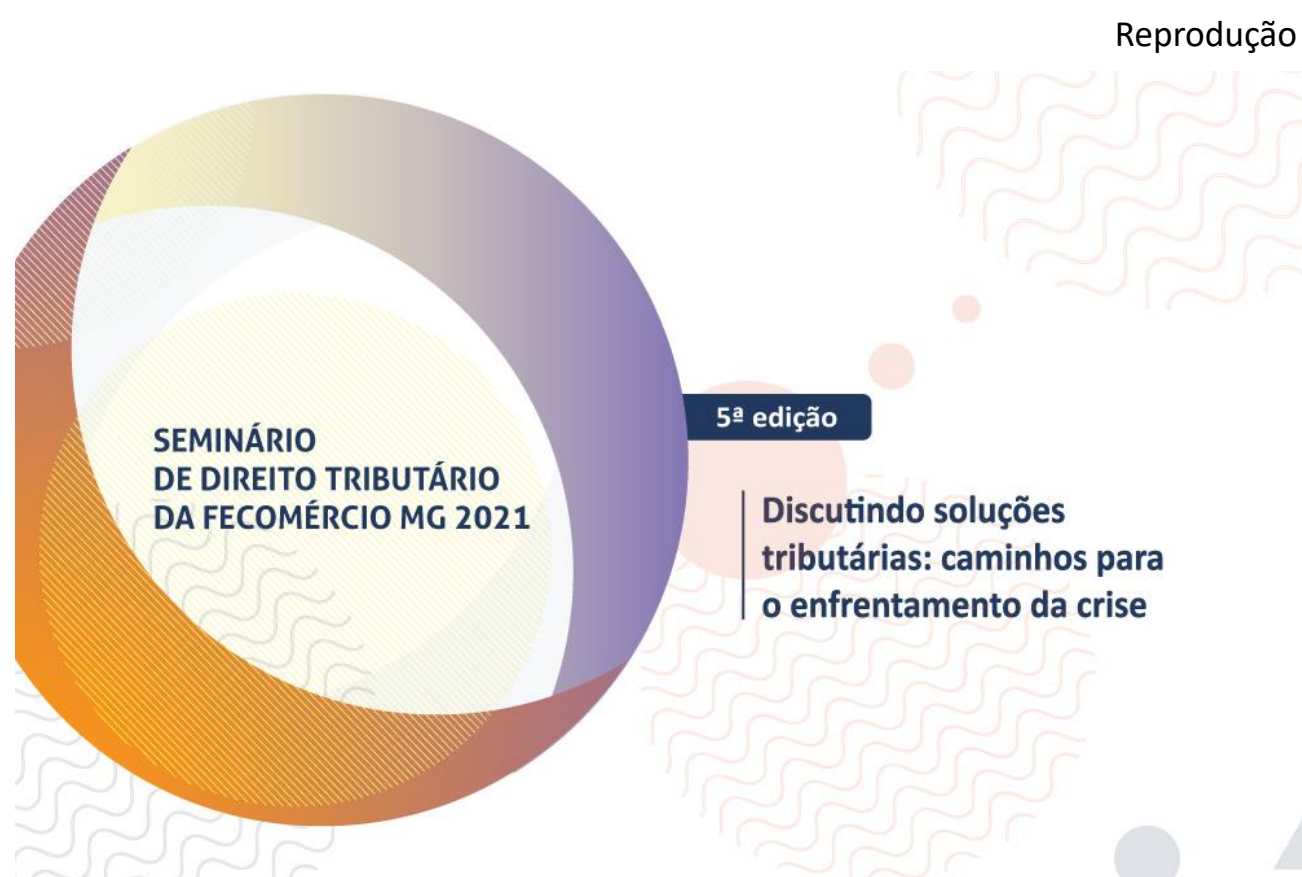
Os impactos da pandemia de Covid-19 extrapolam a saúde, atingindo fortemente milhares de contribuintes em todo o país. Para debater esse e outros assuntos, a **Fecomércio MG realiza, no dia 30 de abril, de 9h às 13h, a 5ª edição do Seminário de Direito Tributário**, com o tema “Discutindo soluções tributárias: caminhos para o enfrentamento da crise”.

O evento on-line e gratuito terá a presença de renomados profissionais da área jurídica e contábil. Eles abordarão temas ligados às recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), ao Simples Nacional, à importância do planejamento tributário, às hipóteses de regularização de débitos, dentre outros assuntos.

A abertura do 5º Seminário de Direito Tributário será conduzida pela presidente interina da Fecomércio MG, Maria Luiza Maia Oliveira. Já a mediação do evento ficará a

cargo do consultor jurídico tributário e legislativo da Federação, Marcelo Moraes. A edição terá transmissão simultânea pelo [YouTube](#) e [Facebook](#) da Fecomércio MG e pela plataforma 2KP.

No portal da Federação, você confere a [programação completa](#) do evento.



Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac cria Grupo de Trabalho Integrado de Fomento ao Turismo

Propor soluções para a retomada da atividade turística mineira. Esse será o desafio do recém-criado Grupo de Trabalho Integrado de Fomento ao Turismo do Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac. O grupo, coordenado pelo Núcleo de Negócios Turísticos da Federação, reunirá gestores técnicos das três instituições. A iniciativa visa fortalecer a atuação comercial, técnica e institucional do Sistema nesse setor, integrando ações, projetos, produtos e serviços e medidas de apoio aos sindicatos.

A ação surge diante de um momento delicado para todo o setor. De acordo com a CNC, o setor de turismo no Brasil registrou perda de 35,5 mil estabelecimentos com vínculos empregatícios. Esse é o maior prejuízo anual desde 2016, quando 44,9 mil unidades do setor fecharam as portas no país. Só em Minas Gerais, 4,1 mil empresas tiveram que encerrar a oferta de suas atividades turísticas.